

poder

Os generais

Gostaria que a nova conversa dos militares com a democracia incluisse a esquerda

Celso Rocha de Barros

Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra)

Algumas semanas atrás, os sites chapa-branca deram um escândalo porque um dos "Manuais do Candidato" para o concurso do Itamaraty tinha uma passagem desabonadora sobre Bolsonaro. O texto, do historiador João Daniel Lima de Almeida (grande fera, aliás), lamentava que a participação dos militares na discussão sobre o desenvolvimento brasileiro tivesse se tornado tão apagada que o único representante da categoria no debate naci-

onal fosse Bolsonaro, um homofóbico convicto. Antes que os bolsonaristas comecem a chorar de novo, esclareço: no ano em que o texto foi escrito (2013), Bolsonaro declarou que se orgulhava de ser homofóbico (está no YouTube). A afirmação de Almeida é factualmente correta. Mas o importante não é isso, o importante é o seguinte: todos os oficiais das Forças Armadas sabem que Almeida tem razão. Dependem de Bolsonaro pa-

ra participar da vida política nacional é uma tristeza. Alguém acha que os generais gostam de participar de reuniões com os filhos do presidente, os discípulos de Olavo de Carvalho, o Onyx? Duvido. Mas pensaram os generais: se a vida lhe dá um amigo do Queiroz, faça uma laranjada. E as últimas semanas mostram que há vantagens em participar de um governo de gente que não passa em psicotécnico. Afinal, as chances de parecer moderado são excelentes.

Enquanto o novo chanceler fazia seu discurso de posse, Mourão se reunia com representantes do governo chinês. E mais: tuitava que estava na reunião, como se dissesse "ó, não se preocupem não, tem adulto nesse negócio". Há também relatos de que Augusto Heleno quer limitar a influência dos olavistas. Não é nada pessoal, Olavo. Um amigo meu também foi dispensado do Exército por ter cara de maluco. E se seu emprego fosse man-

ter o Onyx na linha você também teria aquela expressão carrancuda do Santos Cruz. Coitado, achou que não tinha nada mais difícil do que pacificar a República Democrática do Congo. De modo que já há gente depositando suas esperanças na possibilidade dos generais produzirem um governo Bolsonaro bipede. Sempre é possível, tomara que aconteça, mas, pessoalmente, ainda concordo com o Manual do Candidato do Itamaraty: é triste que os militares tenham voltado a participar da vida política brasileira na cola da turma do Bolsonaro. Torço para que os líderes de nossas Forças Armadas não se revelem moderados só por comparação com os malucos do atual governo. Não há absolutamente nada de errado com a nomeação de

ex-militares como ministros. Afinal, todo mundo, antes de ser ministro, era alguma outra coisa: militares não são menos qualificados do que economistas, advogados, sindicalistas ou pastores. Os centros de formação militares são excelentes, os oficiais em geral conhecem bem o país. É bom que voltem a ser cogitados para cargos públicos. Mas seria muito melhor se não voltassem no governo de um sujeito que se entusiasma tanto quando fala em golpe de Estado. O discurso do novo presidente é tudo o que gostaria de uma reconciliação das Forças Armadas com a política brasileira não fosse. E gostaria que a nova conversa dos militares com a democracia incluisse também a esquerda. Com Bolsonaro na sala, não parece fácil.

D S T Q Q S S Elio Gaspari, Janio de Freitas | Celso Rocha de Barros | Joel Pinheiro da Fonseca | Elio Gaspari | Janio de Freitas | Reinaldo Azevedo | Demétrio Magnoli



Representantes de diversas etnias chegam para a Semana dos Povos Indígenas, em São Félix do Xingu (PA) Wesley Costa/Brazil Photo Press/Folhapress

Contrato da Funai que Bolsonaro suspendeu não seguiu rito legal

Acordo com a UFF previa censo e a criação de uma criptomeda indígena

Fernando Tadeu Moraes

BRASÍLIA Suspendido pelo governo Jair Bolsonaro (PSL), um contrato de R\$ 44,9 milhões entre a Funai (Fundação Nacional do Índio) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) deixou de cumprir requisitos legais e foi contestado dentro do órgão indigenista, mostram documentos obtidos pela Folha.

A vultosa quantia do acordo e os documentos que instruem o processo foram as razões alegadas pela ministra dos Direitos Humanos, Damares Alves, cuja pasta passou a abrigar a autarquia, para o pedido de suspensão, em 2 de janeiro. Dias depois, o próprio presidente afirmou que o contrato era um exemplo da caixa-preta dos órgãos federais. Assinado em 28 de dezembro, a parceria foi formalizada por meio de um TED (Termo de Execução Descentralizada), modalidade de contratação direta entre dois entes federais que prescinde de licitação e concorrência.

Seu objetivo era executar o Projeto de Fortalecimento Institucional da Fundação Nacional do Índio. Em sua análise, datada de 27 de dezembro, o procurador-chefe da Procuradoria Especializada junto à Funai, Alvaro Chagas Castelo Branco, expôs o problema central do contrato. "Verifica-se que não constam dos autos as manifestações técnicas nem da Fundação

Nacional do Índio (órgão descentralizador) nem da Universidade Federal Fluminense (órgão descentralizado)", escreve em sua decisão.

Em seguida, o procurador-chefe recomenda a reunião desses documentos como condição prévia à celebração do acordo.

No dia seguinte, a Diretoria de Proteção Territorial (DPT) da Funai enviou despacho à presidência da entidade afirmando que "desde o início do processo (...) se posicionou contrária à proposta do TED, uma vez que não contemplava as ações prioritárias da mesma".

Citando o parecer do procurador-geral, a DPT esclarece que "não nos foi solicitada a referida análise técnica no TED no que se refere à execução de atividades/ações relacionadas a esta diretoria". Mesmo assim, o contrato foi assinado.

O motivo apontado pelo procurador-chefe foi suficiente para o Ministério Público Federal ingressar com uma ação civil pública em 3 de janeiro pedindo o bloqueio do uso ou do repasse de verbas da Funai para a UFF.

Em sua decisão, a juíza federal Jaiza Maria Pinto Fraze acolheu o pedido do MPF e determinou o imediato bloqueio do repasse de verbas por meio do contrato.

"O contrato não cumpre um dos princípios da administração pública, o da motivação, já que as áreas técnicas não

foram consultadas e, portanto, não puderam dizer se o projeto realmente interessava a elas", diz Andrea Prado, presidente da INA (Indigenistas Associados), associação de servidores da Funai. Procurado, Wallace Bastos, não quis dar entrevista.

Mas qual o conteúdo do controverso acordo? Seus objetivos são bastante amplos. Divididos em 16 produtos, o acordo vai da realização de um censo da autarquia até a elaboração de uma chamada criptomeda indígena, passando pelo desenvolvimento de um centro de controle, monitoramento e fiscalização de áreas indígenas.

"Nem tudo ali é ruim", diz Prado, "mas vários pontos são muito questionáveis". A presidente da INA dá como exemplo o item que trata do apoio em recursos humanos.

"A maior parte dos R\$ 45 milhões é para pagar consultorias. E a justificativa disso é suprir mão de obra do órgão. Ora, temos lutado há mais de um ano para que servidores aprovados em concurso de 2016 sejam chamados", afirma Prado.

Ela também é crítica da proposta de desenvolvimento de uma criptomeda indígena — moeda virtual baseada na tecnologia blockchain.

"Dentro da Funai, as pessoas nem sabem o que significa blockchain nem como isso pode ajudar os povos indígenas. Qual o interesse público disso? Onde está a demanda

dos povos indígenas por uma criptomeda?"

Para Rodrigo Junqueira, especialista em economia e microfinança indígena, o princípio da proposta, de resgatar as tradicionais moedas sociais indígenas (transações comerciais por meio de trocas), é interessante, mas o modo como ela é apresentada possui equívocos e aparentes ingenuidades quanto à realidade desses povos.

Segundo o projeto, com a moeda virtual seria possível resgatar a "tradicional Feira Indígena Moitará", realizada entre os índios do parque do Xingu.

"Na minha experiência de mais de 20 anos nunca ouvi falar dessa feira. O moitará é um evento de trocas que acontece em diversos momentos do ano, não uma ocasião única, como aparece no texto", afirma Junqueira. Ele também considera contraditória a ideia de "uma" criptomeda. "Se a ideia é resgatar o conceito de moeda social, é importante lembrar que ela presuppõe uma territorialização. Uma moeda social que circula no Xingu é diferente daquela que circula entre os yanomâms. O projeto, aparentemente, não leva em conta essa complexidade".

Em nota, a UFF respondeu que a criptomeda proposta é uma "ideia inovadora para criar uma moeda alternativa para os indígenas, que poderia transformar a realidade desses povos".

No início do governo no Rio, Witzel surpreende com gestos inusitados

Ana Luiza Albuquerque

RIO DE JANEIRO Quase desconhecido no início da campanha, o ex-juiz Wilson Witzel (PSC) passou de coadjuvante a governador do Rio. Ele surpreendeu com uma forte arrancada nos dias anteriores ao primeiro turno.

No início do governo, Witzel continua surpreendendo — desta vez com declarações e tradicionalismos inusitados.

Na posse, agarrou-se a uma faixa de governador que mandou confeccionar especialmente para a ocasião. Não retirou o adereço, que não é praxe neste tipo de cerimônia, nem quando renunciou-se com o secretariado.

Naquela manhã, Witzel chegou à Assembleia em um Chrysler Town & Country preto. Segundo sua assessoria, o carro blindado foi alugado pelo partido e já era utilizado desde a transição.

Quando empossou o secretário de Polícia Militar, Rogério Figueiredo, o governador também vestiu uma faixa, honraria da corporação.

Dias depois, Witzel participou de uma cerimônia mais descontraída. Na última terça (8), o ex-jogador Ronaldinho Gaucho colocou o pé na calçada da fama do Maracanã e no Joelho do governador, que fingiu engraxar sua chuteira para uma foto.

Em dezembro, Ronaldinho entregou seu passaporte ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em função de uma dívida com a Justiça gaúcha que já ultrapassou R\$ 8 milhões. Foi condenado por dano ambiental e ainda não cumpriu a decisão.

O imbróglio não pareceu incomodar Witzel, que disse que o ex-jogador é um "parceiro do povo do Rio".

Outras declarações, mais duras, continuam causando a polémica. Na posse do secretário da Polícia Civil, Marcus Vinícius Braga, o governador afirmou que o estado precisa da sua própria Guanabara para traficantes. Ele se referia à prisão americana em Cuba que abriga acusados de terrorismo.

A fala vai ao encontro das demais soluções para a segurança pública apresentadas por Witzel. O governador já prometeu que atraindo elites irão "abater" criminosos que portarem armas pesadas.

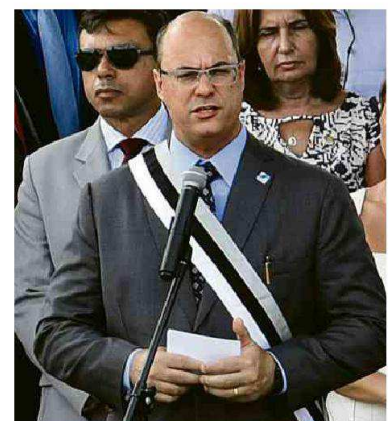
Posicionamentos linha-dura para combater a criminalidade fizeram parte da estratégia de Witzel, que se apresentou ao eleitor como o candidato mais semelhante a Jair Bolsonaro.

Ainda que tenha surfado na onda bolsonarista, Witzel surpreendeu outra vez ao firmar uma espécie de pacto de não-agressão com o presidente da Alerj, André Ceciliano (PT), que tenta permanecer na cadeira.

Com poucas chances de vitória na corrida para a presidência da Casa, Márcio Pacheco (PSC), escolhido líder do governo na Alerj, abriu mão da candidatura. Apesar das divergências, ele decidiu apoiar Ceciliano para dar governabilidade a Witzel.

O governador não tem falado sobre o assunto, mas já fez elogios a Ceciliano e ao seu trabalho na Assembleia.

Leia mais na Ilustrada



Witzel usa faixa que mandou fazer Marcelo Fonseca/O Globo